

Foucault para o próximo século: ecogovernamentalidade

Sébastien Malette

Professor no Departamento de
Política da University of Victo-
ria, Canadá.

RESUMO:

O artigo propõe uma expansão da genealogia do poder de Michel Foucault para incluir a análise das racionalidades ecológicas de governo. Parte da noção de governamentalidade para propor ecogovernamentalidade, como reorganização dos conceitos de população, segurança e economia política, nos quais a regulação dos vivos se expandiria para regulação de tudo o que necessário para a vida. Localizo, nessa expansão, a emergência de uma nova épistème ecológica que levaria o problema do governo a uma nova fase crítica.

Palavras-chave: ecogovernamentalidade, biopolítica, segurança, ambiente, regulação.

ABSTRACT:

The article proposes an expansion of Michel Foucault's genealogy of power in order to include the analysis of ecological rationalities of government. It departs from the notion of governmentality to introduce the notion of eco-governmentality, reorganizing the concepts of populations, security and political economy, in which the regulation of the living would be expanded to regulate all that is needed for life. It identifies, in this process, the emergence of a new ecological épistème that would take the issue of government to a new critical phase.

Keywords: ecogovernmentality, biopolitics, security, environment, regulation.

No final da década de 1970, Michel Foucault empenhou-se novamente na relação poder/saber, previamente analisada por ele, sob a rubrica de “microfísica do poder”. Ele o fez examinando uma série de dispositivos do Estado moderno e de racionalidades de governo, relacionando gestão da população, economia política e a questão da segurança (Foucault, 2004b, 2004c; Gordon, 1991). Descreveu esses dispositivos e racionalidades com um novo termo, “governamentalidade”, que se refere não apenas aos meios, mecanismos e instrumentos do governo moderno, mas também a maneiras de pensá-lo sistematicamente (2001a). Muitos analistas posteriores a ele utilizaram o conceito de governamentalidade para dar sentido à “globalização neoliberal” (Lipschutz, 2005; Larner e Walters, 2004). Nesse contexto, alguns desafiaram nossas maneiras de entender a liberdade em relação à soberania (Prozorov, 2007). Outros esboçaram os efeitos disciplinares e normalizadores da ordem internacional emergente por meio de uma investigação do sistema de “graduação” dos países do “Terceiro Mundo” (Anghie, 2006), ou analisando a expansão da contabilidade social, gestão da população, controle de segurança, reforma democrática, racionalidade econômica, organização biopolítica e avaliação de risco (Porter, 1995; Ewald, 1991; O’Malley, 1996; Dean, 1999; Rose, 2007).

Discutirei a possibilidade de expandir a análise genealógica de Foucault para incluir as racionalidades ecológicas de governo. Baseado em seu pensamento, sugiro que possamos olhar por meio da “ecologia” como a ordem das coisas conecta diferentes cenários de governamentalidade. Mostrarei que a “ecogovernamentalidade” reorganiza as relações entre os conceitos foucaultianos de população, segurança e economia política: três movimentos constitutivos da governamentalidade moderna. Demonstrarei, também, que a emergência da “ecogovernamentalidade” pode ser compreendida como a intensificação e transformação da “lógica imanente” que reorganiza as suposições dualísticas e derivativas incorporadas ao nosso entendimento do político. Meu principal argumento é que os estudos da

governamentalidade deveriam reconhecer a “ecopolítica” como uma das principais racionalizações de governo para o século XXI.

O que é ‘governamentalidade’?

Governamentalidade é uma noção complexa cunhada por Michel Foucault no fim dos anos 1970. Este conceito emergiu logo após Foucault ter usado uma “microfísica do poder” para analisar diversas tecnologias e racionalidades de normalização. Como muitos sugeriram, a análise do “micro” feita por Foucault, disseminada e sempre mudando o lugar do poder/saber, chegou à maturidade com a publicação de *Surveiller et Punir* [Vigiar e Punir] em 1975 (Foucault, 2004a). Então, seu olhar genealógico mudou o foco para “o problema do governo” (Dean, 1999; Rose, 1999; Gordon, 1991; Burchell, 1996). Essa mudança aconteceu em resposta a duas críticas: que ele havia negligenciado o “macro” (ou seja, o Estado) a favor do “micro”, e havia retratado as relações de poder/saber de modo a sugerir que qualquer projeto (ou sujeito) de emancipação estaria condenado (Gordon, 1991). Ao se dirigir para o problema do governo mais diretamente, Foucault foi capaz de mostrar que tais críticas eram equivocadas.

Para Foucault, os níveis “macro” e “micro” de investigação estavam intimamente relacionados (Foucault, 2004c). Ele reconheceu que a normalização pela disciplinarização e individualização dependia do patrocínio do Estado moderno. Seus cursos de 1975-76, focados nas práticas psiquiátricas voltadas a regular e proteger o “corpo social” contra os perigos da “anormalidade”, demonstraram, claramente, o seu interesse nas economias de poder que tomaram populações e não apenas indivíduos como seus primeiros alvos de regulação (Foucault, 1999; 1999a).

Segundo Foucault, há uma estreita ligação entre a governamentalidade moderna e a progressiva “medicalização” das estruturas sociais (1999b; 2003b). As “racionalidades reguladoras” da normalidade e anormalidade expandem

tanto o escopo da investigação do que torna possível os “desviados”, quanto o alcance das intervenções sociais e disciplinares (Foucault, 1999a). A estreita regulação disciplinar de corpos individualizados simplesmente não é suficiente. Para entender as causas das “anormalidades sociais”, as recém-nomeadas corporações médico-sociais e os “cientistas sociais” emergentes tiveram que investigar as origens do que constitui e transmite a “anormalidade”. Para isso, tiveram que examinar, minuciosamente, a infância dos desviados e, posteriormente, regular métodos de paternidade; investigaram as marcas genéticas e intergeracionais que pareciam transmitir as “doenças sociais”; estudaram o meio no qual o desvio era mais propenso a emergir e tentar mudá-lo. Além disso, os novos “cientistas sociais” tiveram que avaliar os *ambientes* específicos e as *relações* que produziram novas formas de “anormalidades”. Assim, eles puderam produzir os dados calculáveis necessários para gerar racionalidades de governo; aquelas que administrariam *ambientes* e *relações* de modo a “conduzir a conduta” de pessoas em direção à normalidade, liberdade e segurança (Osborne, 1996).

Foucault vê uma conexão entre diferentes práticas disciplinares, economias biopolíticas de poder emergentes e diversos dispositivos de Estado. Contudo, para ele, o Estado não é o *telos* da política, nem sua materialização final, assim como não é simplesmente um dispositivo de poder ou de reprodução capitalista. Outras relações aparecem quando o Estado é analisado na maneira em que Foucault estudou a normalização e a disciplinarização (Foucault, 2004a; 2003a), em particular, diferentes economias de poder e produções de “verdade”. Neste sentido, é possível ver como a “verdade” da política de Estado é internalizada para produzir modelos específicos de subjetividade, tipos de liberdade e padrões de resistência.

Foucault não evita a análise sistemática da política ou o problema do Estado moderno. Ao contrário, ele reposiciona o Estado moderno como uma figura histórica e contingente na história mais ampla das tecnologias de poder e racionalidades de governo que ele chama de

“governamentalidade” (Foucault, 2004b). Do mesmo modo que ao oferecer uma análise sistemática das inter-relações das diversas economias de poder, Foucault não está sacrificando a dimensão analítica necessária para fundamentar suas afirmações teóricas, nem está nos dizendo o que devemos finalmente amar, endossar ou odiar ao fim de sua análise.

A liberdade como outra coisa

O suposto “silêncio normativo” no trabalho de Foucault levanta a questão da liberdade, base da segunda crítica, à qual ele responde. Ao longo de seu trabalho sobre a governamentalidade, Foucault examina os meios pelos quais as pessoas experimentam a “liberdade” (e, portanto, subjetividade) via diferentes práticas, racionalidades de governo e tecnologias de poder. Foucault não só expõe que as maneiras pelas quais nós experimentamos a “liberdade” são contingentes, como também mostra que a “liberdade” pode ser deslocada de sua frequente encarnação: o eu como uma entidade transcendental. Ao ressaltar o fato de que a liberdade é antes de qualquer coisa constituída e conceitualizada por “práticas”, Foucault se distancia da ideia de uma essência ontológica ou apriorística do eu trans-histórico. Tal eu imaginado pode ser capaz de se “liberar” de qualquer regime (tradicional, cultural ou governamental), pela força de adotar, contestar ou produzir práticas (Prozorov, 2007). No entanto, tal liberdade está sempre situada dentro de diversas conexões culturais e institucionais — ainda que abertas — de práticas de relações e racionalidades pelas quais a “ação livre” — não a liberdade — é posteriormente internalizada como significativa pelos agentes das relações, os quais se referem a si mesmos como agentes *desta* ou *daquela* “liberdade”.

Isso significa que Foucault opõe-se a todas as possibilidades de liberdade individual? Claro que não: significa que o que entendemos por “liberdade”

(ou como “resistência” em sua tradução liberal) não é uma quintessência humana. O que entendemos por liberdade emerge de um processo histórico variável de negociação muito específico sobre diversas racionalizações éticas que, por sua vez, operam por um padrão cultural de racionalidades localizado e específico. Portanto, pelo fato dessas “práticas de liberdade” serem inerentemente relacionais (e, portanto, reversíveis), contingentes e altamente contextualizadas, elas não estão suscetíveis a nenhum tipo de definição inequívoca sobre o que “liberdade” possa ser. Nenhuma governamentalidade pode congelar nossas negociações sobre a liberdade: não pelo fato do eu ser o epítome ou o lugar de alguma resistência transcendental já pressuposta por todas as formas de ação governamental, mas porque nunca nenhum regime de governo poderá suprimir o inesperado e as relações sempre mutáveis constitutivas da nossa experiência de liberdade, nem a condição de sua própria contingência como um regime particular de governo. É assim que nós podemos entender melhor Foucault quando afirma que não há melhor garantia da liberdade do que ela mesma. Podemos compreender a “liberdade” sem adotar nenhuma concepção predeterminada, transcendental ou a-histórica sobre ela, amarrada à nossa atual compreensão (Tully, 1999:138).

Há um foco inerente sobre a questão da emancipação nos estudos sobre governamentalidade que revela as condições contingentes da nossa história atual. Eles o fazem ao mesmo tempo em que esboçam a possibilidade de um futuro diferente, deixando para a próxima geração a capacidade de decidir qual deve ser seu futuro comum. Assim, esses estudos acreditam, com uma fé nunca vista, na nossa capacidade de criar melhores modelos de relações e interações quando necessário. Eles colocam a imaginação antes do julgamento, e o julgamento antes de qualquer verdade dogmática. É nesse sentido que a noção de governamentalidade de Foucault reintroduz a liberdade na política; não necessariamente pelo lugar individualizado da resistência eterna, mas por introduzir a existência histórica, contingente e humanamente inventada das diversas e múltiplas formas de racionalidades

de governo. Deste modo, Foucault situa a liberdade humana em um processo inter-relacional de negociações permanentes e abertas onde nós coletivamente traçamos nossos diversos entendimentos sobre o que é liberdade, o que é resistir, e o que é dominar ou ser dominado. Talvez a única injunção normativa de Foucault seja — para nós — estar atento a qualquer padrão de relações que possa imobilizar a própria possibilidade das relações serem diferentes. Tal atenção impediria a nossa dádiva inerente de um futuro indeterminado ao aplicar uma verdade que não poderia ser diferente. Foucault sugere um projeto de emancipação aberto e sempre renovável.

Em direção a uma “Ecogovernamentalidade”?

Entretanto, quais são as implicações de uma governamentalidade *verde* que tem se tornado cada vez mais notada desde a morte de Foucault? Quais racionalidades e tecnologias de governo estão implícitas nela? Quais as implicações em aderir a ela? Estas são as questões que eu gostaria de investigar na continuidade deste texto.

O tema da “governamentalidade verde” problematiza a (re) introdução da “natureza” no centro das racionalidades políticas ocidentais (Darier, 1999; Luke, 1999; Rutherford, 1999a). Deste modo, o trabalho de Foucault é de importância central na análise da produção e circulação de saber, tecnologias e racionalidades de governo que recorrem a noções de “natureza”. Mais precisamente, as amplamente disseminadas ecogovernamentalidades e as tecnologias ambientais são vistas como extensões das redes disciplinares, descritas por Foucault em *Vigiar e Punir*, e da biopolítica que o interessa em seus trabalhos posteriores. Assim, seu conceito de biopolítica é ampliado para incluir tudo o que seja necessário para manter a “vida” pela emergência de diversas práticas e regulações ambientais (Luke, 1997; Rutherford, 2007; Darier, 1999).

Dois pressupostos epistemológicos são usualmente incorporados em tais estudos genealógicos da “natureza”. Primeiro, é frequentemente sugerido que a “natureza” apareça como algo sem importância “ao menos ou até que certos seres humanos lhe deem significado ao interpretar alguns de seus signos ambivalentes como importantes para eles” (Luke, 1999). Segundo, isto é dito porque constantemente os humanos olham para os padrões naturais de maneiras diferentes: o significado da natureza será sempre múltiplo, móvel e em constante mudança (Luke, 1999).

No entanto, tais suposições não geram consenso algum entre os intelectuais para quem a “natureza” se refere a “processos biofísicos” primordiais que sustentariam — e até mesmo determinariam — o que nós entendemos por “cultura”. Embora ainda seja possível argumentar que esta forma de objetividade é apenas uma maneira de entender a “natureza” entre muitas outras, eu gostaria de sugerir que o projeto de examinar a emergência de racionalidades ecológicas não é necessariamente destinado a definir o que é a natureza *per se*. O projeto de compreender as relações de poder incorporadas nas formulações competitivas de como a “natureza” deve ser entendida não exige que nós saibamos o que é “natureza” em definitivo. É preciso apenas examinar os “efeitos” que tais formulações produzem nas configurações sociais e culturais que experimentamos. É aí que o conceito de Foucault de “governamentalidade” se encaixa: não apenas para explorar as dimensões das nossas experiências constituídas “por todas as maneiras de refletir e agir que visam modelar, administrar, regular a conduta das pessoas,” mas também recolocar a problemática da normalização conjugada com a “natureza”, tal como tem sido delineada no ocidente durante os três últimos séculos (Rose, 1996; Gordon, 1991; Foucault, 2001b). Como sugerem Stephanie Rutherford e Eric Darier, o trabalho de Foucault sobre a governamentalidade — e mais particularmente seu conceito de biopolítica — pode ser reconstruído como o estudo da “ecopolítica” quando as condições sob as quais populações são administradas estão subordinadas a

tentativas mais amplas de administrar toda a *Vida* com o desdobramento de racionalidades ecológicas de governo (Rutherford, S., 2007; Darier, 1999). Deixem-me expor três exemplos sobre tais reconstruções.

A governamentalidade dos entres

Primeiro, poderíamos expandir a análise de Foucault sobre governamentalidade para investigar como a ordem das “coisas” incluiu, progressivamente, variáveis como “vida”, “saúde”, “sustentabilidade” e “ambiente”, para gerar novas racionalidades de governo destinadas a dar visibilidade às relações *entre* as “coisas” pela produção de racionalidades ecológicas de governo. Desse modo, podemos ver que estas racionalidades não emergiram apenas do contexto de uma crise pelo desmatamento e poluição na Europa (ou seja, em um ambiente paraestatal já constituído), mas também no contexto de uma expansão colonial que foi concebida como uma solução para tais problemas (Moore, 2007). Assim, a emergência dessas racionalidades aparece intimamente relacionada à expansão dos poderes marítimos venezianos, franceses, holandeses e ingleses, todos competindo por atividades comerciais em lugares estratégicos que incluem as colônias das ilhas oceânicas e diversas plantações particularmente sensíveis ao desmatamento e à erosão do solo. De fato, problemas do último tipo levaram a novas conscientizações ambientais relacionadas à especificidade da terra, botânica, meteorologia e produção de mapas, por exemplo (Grove, 1995: 475). Grove insiste que foi nas colônias tropicais que os cientistas “perceberam pela primeira vez a velocidade extraordinária com que as pessoas, os europeus em particular, puderam transformar e destruir o seu ambiente natural” (Grove, 1998). Em meio à produção de tal saber e ao desenvolvimento de habilidades necessárias para explorar colônias distantes, emergiram as múltiplas relações de poder/saber que progressivamente formataram a “ecologização” do nosso

entendimento de política (Moore, 2007; Headrick, 1988; Crosby, 1986). Relações como estas podem ser traçadas não apenas nas incorporações coloniais europeias e nas inovações ambientais produzidas por elas, mas também nas crescentes preocupações que tais atividades estimuladas em direção ao “outro” não-europeu encontrado nessas regiões tropicais diante dos quais os “europeus modernos” formataram sua identidade em aspectos importantes. Todas essas relações e preocupações contribuíram para uma “percepção global” da interconectividade natural e intercultural (Grove, 1995: 476; Goodie, 2006: 33). Ao expandir a leitura de Foucault sobre a governamentalidade para incluir a “ecogovernamentalidade”, podemos aprofundar nosso entendimento do “problema de governo”. Este último acrescenta a essas “relações intermediárias” que conectaram os diferentes cenários de governamentalidade via um “ambiente” primordial, progressivamente colonizado por várias relações de poder/saber, em uma tentativa crescente de governamentalizar a “natureza”. Então, *contra* o argumento de Lipschutz — de que se a governamentalidade refere-se à gestão, então o ambiente político e a *praxis* não se referem, pois a política desafia o próprio fundamento constitutivo da governamentalidade neoliberal (Lipschutz, 2004: 242) — podemos contestar que a emergência das preocupações ambientais do ocidente estavam intimamente ligadas à expansão econômica desde o começo. De fato, a disseminação do colonialismo administrativo e a formatação dos diversos dispositivos políticos para “governar à distância” estabeleceram, desde o século XV em diante, a rede global da qual as chamadas “racionalidades de governo neoliberais avançadas” irão mais tarde emergir.

Da biopolítica à ecogovernamentalidade

Segundo, ao expandir a análise de Foucault sobre a biopolítica de modo a incluir a ecogovernamentalidade, podemos investigar as diversas

conexões entre os dois conceitos que formatam a governamentalidade moderna. Podemos notar, por exemplo, que o conceito de “ambiente” também foi modelado pela emergência das estatísticas e de modos indutivos de raciocínio, levando a ciências computacionais e modelos preditivos, todos operando para tornar as relações caóticas e aleatórias que esse conceito implica em previsíveis e, portanto, controláveis (Foucault, 2004b; Hacking, 2006; Rose, 1999). Daí, acompanhando os *insights* de Foucault sobre a significância política das estatísticas, podemos explorar os caminhos pelos quais a progressiva matematização da “natureza” tem possibilitado diversas racionalidades e tecnologias ecológicas para produzir uma ampla gama de “normas” que se referem à “natureza”, não apenas para complementar o poder do dispositivo da “soberania-lei”, mas também para dar forma a uma série de “reivindicações de verdades” sobre modos ecológicos de conduta pelos quais se espera que indivíduos racionais governem a si e aos outros (Desjardins, 1999; Ashford e Caldart, 2008).

Além disso, ao explorar os meios pelos quais o conceito de “população” (como um corpo-espécie) e “ambiente” (como sua necessidade territorial) estão relacionados, podemos localizar a emergência de diferentes racionalidades de governo fazendo uso de diversas metáforas orgânicas, de crescimento e de saúde, para explicar as relações entre as duas noções através da formação de disciplinas científicas como a “ecologia”. É sabido que a “ecologia” e suas éticas associadas emergiram amplamente como uma reação contra o “antinaturalismo” atribuído aos modelos científicos utilitaristas, ou seja, como uma reação que pretende expandir o foco reduutivo e completamente mecânico desses modelos, ao mesmo tempo em que mantém os métodos de laboratório intactos (Goodie, 2006: 36). Menos conhecida é a brilhante observação de Jo-Ann Goodie, que aponta a afiliação entre a teoria da evolução de Darwin e a emergência da “ecologia” para explicar a resolução desta ambiguidade, ressaltando,

assim, a influência do que se tornaria uma ciência dedicada a examinar “tudo no ambiente físico e biológico que afetou a sobrevivência em seu entendimento mais amplo” (Goodie, 2006: 37; Hawkins, 1997: 136).

Fortemente influenciado por tais representações ecológicas, os séculos XIX e XX testemunharam a emergência de diferentes racionalidades de governo trabalhando ativamente na conexão de argumentos médicos, sociais, econômicos, biológicos e ambientais para formular diferentes “padrões evolucionários” nos quais não só a vida, mas a administração de tudo o que a inclui torna-se critério primordial na orientação das ações políticas (Robert, 1938; Campbell, 2007; Schneider, 1990; Jones, 1986). Tais “padrões evolucionários” contribuíram significativamente para dar forma à “cultura moderna” que se viu com o direito “natural” de dominar os “inferiores” de acordo com a lógica evolucionista na qual apenas os “organismos” bem adaptados, abastados e tecnologicamente avançados sobreviveriam (Hawkins, 1997). A tradução econômica desse argumento requereu progressivamente que todos os “recursos naturais” — incluindo populações humanas — fossem vistos como “*commodities*” e/ou “recursos do Estado” que deveriam ser monitorados, protegidos e ampliados por uma grande variedade de “ecoespecialistas” que trabalham, em grande parte, em coordenação com os agentes do Estado (Broberg e Roll-Hansen, 1996). Sociedades inteiras, conseqüentemente, foram analisadas e comparadas no âmbito de sua produtividade de trabalho, vitalidade, bom comportamento, adaptabilidade e poderes econômicos, levando ao desenvolvimento de práticas raciais e eugenistas baseadas em classes, orientações sexuais, localizações geográficas e distinções etnológicas e tecnológicas para classificar a continuidade evolucionária da raça humana (Foucault, 1999a: 229; Rose, 2007; Bauman, 1989).

Portanto, é óbvio que o conceito de “população”, ou mesmo de “vida”, não poderia ter sustentado sozinho a articulação da biopolítica que, de acordo com Foucault, opera pela expansão de racionalidades médicas,

implantação do racismo de Estado, dispositivos de segurança, inferências estatísticas e pela emergência da economia política (Foucault, 2004b; 2004c). Ao aprofundar o “argumento evolucionista”, podemos então ampliar o estudo de um conjunto de estruturas no qual tudo o que é necessário para a “vida” e não apenas para a “vida” capturada pelo conceito de população e raça — teve que ser considerado pela integração política de diversas ciências ecológicas (Foucault, 1999: 52). Em outras palavras, podemos ampliar a problematização da governamentalidade moderna ao sugerir que os problemas da “vida”, do “ambiente” e do “governo” coincidem agora com a emergência da “ecopolítica”, cristalizando, assim, uma relação de poder/saber que reorganiza profundamente de maneira relacional os três movimentos constitutivos da governamentalidade moderna: governo, população e economia política (Rutheford, 1999a, 1999b; Luke, 1999; Darier, 1999; Goodie, 2006).

Ecogovernamentalidade: intensificação e transformações

Finalmente, ao expandir nossa análise de governamentalidade para incluir o estudo da ecogovernamentalidade, podemos ver a intensificação da “lógica imanente” que atravessa as diferentes racionalidades de governo analisadas por Foucault. Podemos estudar essa intensificação nas racionalidades ecológicas de governo emergentes no contexto da “globalização” que, de acordo com Law e Barnett, “tornaram-se a grande narrativa que justifica o fim de todas as outras grandes narrativas de mudança social” (Redcliff, 2002). Por “lógica imanente” da governamentalidade, refiro-me à ideia implícita na *raison d'état* que sustenta os princípios políticos inerentes que devem ser separados de qualquer tutela onto-teológica (Foucault, 2004b: 263; Mallette, 2006: 78). A ideia é reformulada nas noções de “sociedade civil”, “economia”, e “propriedade privada”, entendidos como domínios autônomos designados

aos seus próprios direitos contra o Político. Seguindo uma lógica similar, parece que as racionalidades ecológicas de governo contemporâneas reproduzem tanto as implicações *derivativas* quanto as *dualísticas* conectadas a qualquer racionalidade política que recorre a níveis de realidade mais profundos ou intrínsecos como titulares de suas próprias verdades: a “natureza” é algo diante da qual nos deparamos e a que devemos escutar¹. Deste modo, enquanto essas racionalidades ecológicas abrem novos domínios de intervenção política com alcance nunca visto, elas também estabelecem novos limites para a ação humana, agora, argumentando que o “mundo natural” que sustenta toda a vida tem regras intrínsecas que nenhum governo ou indústria humana deve violar (Agar, 2001).

No entanto, ao problematizar o planeta como um “campo dinâmico” no qual ações humanas ou não-humanas estão inerentemente interconectadas, essas racionalidades ecológicas estão questionando também alguns dos conceitos-chave do pensamento político ocidental (Lipschutz, 2004: 36). Tais racionalidades questionam frequentemente profundas hipóteses ontológicas e epistemológicas que sustentam, por exemplo, os meios pelos quais o pensamento político ocidental compreendeu os limites de uma “territorialidade” ao delinear as fronteiras de uma soberania que, por sua vez, justifica a integridade de tais limites ao fazer do território nacional uma posse. De fato, ao articular uma série de problemas ecológicos, estas racionalidades não estão apenas criticando o Estado moderno, mas

¹ Utilizo os termos *derivativo* e *dualístico* acompanhando as excelentes definições formuladas por John M. Meyer: “De um lado, alguns argumentam que a característica distintiva do pensamento ocidental é que a política (e a cultura humana em geral) está completamente separada da natureza. Eu me refiro a isso como uma explicação dualística... de outro lado, muitos enxergam o pensamento político ocidental como repleto de teorias normativas derivadas da concepção de natureza, seja a concepção de teologia dos aristotélicos, o mecanismo preciso dos primeiros cientistas modernos, ou a mão invisível da seleção darwiniana. Eu me refiro a isso como uma interpretação derivativa” (Meyer, 2001: 2).

também questionando o modelo de socialização capitalista predominante sobre o qual ele opera (Lipschutz, 2004: 243; Kuehls, 1996: 130; 1998: 48). Preocupações ecológicas, que incluem a perda da biodiversidade e a possibilidade de conflito por “recursos naturais” que acreditamos ser inesgotáveis, demandam agora não só uma melhor administração do cenário ecológico, mas algum tipo de coordenação que teria como alvo o equilíbrio ambiental e econômico e a sustentabilidade de todo o planeta (Luke, 1999). Em termos econômicos, tais preocupações podem ser reunidas ainda na questão colocada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento 21 anos atrás: como podemos sustentar um mundo no próximo século com o dobro da população dependendo do mesmo meio ambiente (Kuehls, 1996: 75)? Para colocar isso de outra maneira, o futuro parece depender da existência de um ambiente capaz de prover as necessidades humanas em um tempo no qual os canais que permitiam o deslocamento de problemas ambientais e de extração de recursos para “terras distantes” estão se fechando em um ritmo acelerado, colocando novamente a chamada economia global como uma das principais preocupações (Kuehls, 1998). Em um mundo onde até mesmo pensar globalmente e agir localmente é um privilégio, os problemas globais permanecem como um problema ocidental de vários modos, senão como o ápice de um empreendimento colonial que começou séculos atrás (Wilmer, 1998). Uma solução é urgente para a criação de um futuro sustentável, que permita às chamadas sociedades pós-industriais manterem um nível de conforto e opulência facilitada por séculos de apropriação colonial, integração forçada, escravidão e assim por diante, ao mesmo tempo em que forneça uma fundamentação lógica para as sociedades não-ocidentais acatarem o modo de vida moderno, predominantemente moldado no ocidente (o livre mercado, consumo em massa, o Estado liberal democrático, e assim por diante) e uma fórmula de moderação que mantenha as condições ambientais exigidas para que esse modo de vida

continue. A “ecopolítica” aparece como o domínio no qual essa situação se apresenta.

Desde os trabalhos desbravadores de Aldo Leopold (1966), vários pensadores ecológicos articularam diferentes soluções. Eles variam da criação de uma nova ordem global (Ward e Dubos, 1972) ao autoritarismo centralizado por meio de instituições do Estado (Ophuls, 1977; Hardin e Baden, 1977); versões híbridas das duas, que projetam práticas liberais ou republicanas em grande escala (Ferry, 1992); comunismo (Heilbroner, 1980); anarquismo (Bookchin, 1991); e “parceria” entre agentes humanos e não-humanos baseada em uma revolução epistemológica no pensamento ocidental (Merchant, 2003; Kuehls, 1998; Serres, 1990; Latour, 2004). Essas soluções variam da constatação de diversos problemas ecológicos, que o “modelo keynesiano-westfaliano” não é mais capaz de conter ou de dirigir (demandando desta forma a criação de uma forma centralizada de um “leviatã global” capaz de coerção planetária nessas questões²), ao argumento que diz que enquanto continuarmos a acreditar que os humanos não são suscetíveis de consentir sem a coerção de comportamentos ecoamigáveis, criar um “governo mundial” é muito perigoso e/ou inapropriado para tais situações. Outros, embora comecem por constatações ecológicas similares, condenam os modelos políticos ocidentais predominantes pelos quais nós temos compreendido as regulações políticas e sociais. Com frequência, estas soluções exigem novas maneiras de entender a diversidade ecológica em termos do valor intrínseco da “vida” e de possibilidades de mutualismo ou outras formas de redes cooperativas descentralizadas capazes de nos libertar de padrões estabelecidos de relações hierárquicas.

Ao olhar para o que constitui apenas uma das fraturas que opõe as diversas racionalidades ecológicas de governo, fica claro que a base sobre a qual a nossa concepção do político se desenvolveu foi perturbada. A erupção da natureza na política parece demandar novas racionalidades

² A expressão “modelo keynesiano-westfaliano” é de Nancy Fraser (2007).

de governo e éticas de relações (Curry, 2006; Desjardins, 1999). Tais demandas geram tanto inseguranças quanto antecipações ao expor, direta ou indiretamente, o quão contingentes e dependentes são as nossas maneiras de pensar a política em relação aos contextos específicos em que elas ocorrem. De um lado, essas inseguranças se traduzem tanto como uma aproximação neorrealista, para a qual a centralização do poder e o monopólio da violência institucionalizada aparecem como as únicas soluções para resolver as diversas crises que a humanidade pode encontrar, como um argumento populista de que a emergência da consciência ecológica é um subproduto da modernidade e, como tal, uma evolução desse soberbo *ethos* democrático que as civilizações ocidentais produziram para salvar o mundo de sua “barbárie” (Ferry, 1992). De outro lado, encontramos pensadores que nunca desacreditaram do nosso *ethos* revolucionário adormecido e nunca duvidaram do retorno de uma grande narrativa, poderosa o bastante para varrer tanto o nosso realismo ocidental quanto o espartilho cartesiano e as aproximações neopirrônicas e suas visões “rizóicas” e dispersas de liberdade como constantes trocas de lado de resistência, compatíveis com o capitalismo e outras relações hierárquicas de poder em suas constantes reformas. Para esses revolucionários, a “natureza” representa o último salvador, o derradeiro solo para eliminar a procura de qualquer outra base filosófica para ações, a saber, o único solo monoteisticamente verdadeiro: a Terra (Weston, 1994 *apud* Meyer, 2001).

Ao explorar os impactos dessas diversas considerações ecológicas, podemos então explorar não apenas a intensificação como também a transformação da “lógica imanente” que descrevemos anteriormente. Podemos entender melhor uma lógica ecológica que reorganiza de maneira profunda as hipóteses dualísticas e derivativas incorporadas no nosso entendimento do Político. Podemos entender melhor a rearticulação de novos conjuntos de distinções operando para tornar convincentes as justificativas de empreendimentos ecológicos disciplinadores/reguladores,

e a produção de um conceito mais inclusivo pelo qual a regulação dos vivos pode, de fato, expandir-se para tudo o que é necessário para a vida: um *ambiente* interconectado e primordial, que as sociedades tecnologicamente avançadas e seus cientistas estão agora em posição de prever, policiar e regular (Osborne, 1996: 116-117).

Por isso, do que aparece como diversos indicadores de uma “episteme ecológica” emergente, o “problema do governo” aparenta ter alcançado uma nova “fase crítica”. O dragão, novamente, está para trocar de pele. Assim como novas medidas estão substituindo as velhas, as racionalidades de governo contemporâneas parecem estar convergindo na direção de uma noção mais ampla do que a de “vida”, “população”, “raça”, ou “economia” para reformular sua legitimidade de ação. Essas racionalidades de governo estão agora se aproximando da necessidade de governar o tecido das relações que ligam tudo e qualquer coisa, que apoia todos os seres vivos e não-vivos do mesmo modo, e que faz das fronteiras internas/externas uma questão secundária. Essa Mãe-Mônada é a “natureza” em toda a sua complexidade, diversidade e unidade, isto é, um ambiente planetário que todos nós compartilhamos, humanos ou não-humanos atores/sujeitos/objetos, da mesma maneira.

Tradução do inglês por Anamaria Salles.

Bibliografia

- AGAR, N. (2001). *Life's Intrinsic Value. Science, Ethics, and Nature*. New York: Columbia University Press.
- ANGHIE, A. (2006). *Imperialism, Sovereignty and the Making of International Law*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ASHFORD, N. & CALDART, C. C. (2008). *Environmental Law, Policy and Economics*. Cambridge (MA): The MIT Press.
- BAUMAN, Z. (1989). *Modernity and the Holocaust*. Cambridge: Polity Press.
- BOOKCHIN, M. (1991). *The Ecology of Freedom*. Montreal: Black Rose Book.
- BROBERG, G. and ROLLS-HANSEN (orgs.) (1996). *Eugenics and the Welfare State*. East Lansing: Michigan State University Press.
- BURCHELL, G. (1996). "Liberal Government and Techniques of the Self". In: BARRY, B.; OSBORNE, T.; ROSE, N. (orgs.). *Foucault and Political Reason*. Chicago: The University of Chicago Press.
- CAMPBELL, C. (2007). *Race and empire. Eugenics in colonial Kenya*. Manchester: Manchester University Press.
- CROSBY, A. W. (1986). *Ecological Imperialism. The Biological Expansion of Europe, 900-1900*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CURRY, P. (2006). *Ecological Ethics: An Introduction*. Cambridge: Polity Press.
- DARIER, E. (1999). "Foucault and the Environment: An Introduction." In: Darier, E. (org.). *Discourses of Environment*. Oxford: Blackwell.
- DEAN, M. (1999). *Governamentality: Power and Rule in Modern Society*. London: Sage.
- DESJARDINS, J. (1999). *Environmental Ethics*. Mountain View: Mayfield Publishing Company.
- EWALD, F. (1999). "Insurance and Risk". In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (orgs.). *The Foucault effect*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.
- FERRY, F. (1992). *Le nouvel ordre écologique. L'arbre, l'animal et l'homme*. Paris: Grasset.
- FOUCAULT, M. (1999a). *Il faut défendre la société. Cours au Collège de France 1975-76*. Paris: Gallimard/Seuil.
- ___ (1999b). *Les anormaux. Cours au Collège de France 1974-75*. Paris: Gallimard/Seuil.
- ___ (2001a). "Gouvernementalité". In: EWALD, F.; DERFERT; LAGRANGE, J. (orgs.). *Dits et écrits* (tome 2). Paris: Gallimard.
- ___ (2001b). "Omnes et Singulatim: Toward a Criticism of Political Reason". In: EWALD, F.; DEFERT; LAGRANGE, J. (orgs.). *Dits et écrits* (tome 2). Paris: Gallimard.
- ___ (2003a). *Histoire de la sexualité, volume 1: La volonté de savoir*. Paris: Gallimard.
- ___ (2003b). *Le pouvoir psychiatrique. Cours au Collège de France 1973-74*. Paris: Gallimard/Seuil.
- ___ (2004a). *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard/TEL.
- ___ (2004b). *Sécurité, Territoire, Population. Cours au Collège de France 1977-78*. Paris: Gallimard/Seuil.

- ___ (2004c). *Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France 1978-79*. Paris: Gallimard/Seuil.
- FRASER, N. (2007). "Reframing Justice in a Globalizing World". In: HELD, D. & KAYA, A. (orgs.). *Global Inequality. Patterns and Explanations*. Cambridge: Polity Press.
- GORDON, C. (1991). "Governmental rationality: An introduction." In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (orgs.). *The Foucault effect*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.
- GOODIE, J-A (2006). *The Invention of the Environment as a Legal Subject*. University of Murdoch: PhD dissertation. Disponível em: Murdoch University Digital Theses, <http://www.lib.murdoch.edu.au/> (consultado em 8/7/2008).
- GROVE, R.H. (1995). *Green Imperialism. Colonial Expansion, Tropical Island Edens and the Origins of Environmentalism, 1600-1860*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ___ (1998). *Ecology, Climate and Empire. The Indian Legacy in Global Environmental History 1400-1490*. Oxford: Oxford University Press.
- HACKING, I. (2006). *The Emergency of Probability*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HARDIN, G. & BADEN, J. (1977). *Managing the Commons*. San Francisco: Freeman.
- HAWKINS, M. (1997). *Social Darwinism in European and American Thought 1860-1945*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HEADRICK, D. R. (1988). *The Tentacles of Progress. Technology Transfer in the Age of Imperialism, 1850-1940*. Oxford: Oxford University Press.
- HEILBRONER, R. L. (1980). *An Inquiry Into the Human Prospect: Updated and Reconsidered for the 1980s*. New York: Norton.
- INDA, J. X. (2005). *Anthropologies of Modernity: Foucault, Governamentality and Life Politics*. Oxford: Blackwell.
- JONES, G. (1986). *Social Hygiene in Twentieth Century Britain*. London: Croom Helm.
- KUEHLS, T. (1996). *Beyond Sovereign Territory. The Space of Ecopolitics*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- ___ (1998). "Between Sovereignty and Environment: An Exploration of the Discourse of Government." In: Liftin, K.T. (org.). *The Greening Sovereignty in World Politics*. Cambridge (MA): The MIT Press.
- LARNER, W. & WALTERS, W. (orgs.) (2004). *Global Governmentality. Governing international spaces*. London: Routledge.
- LATOUR, B. (2004). *Politiques de la nature. Comment faire entrer lês sciences em démocratie*. Paris: La Découverte.
- LAW, M. & BARNETT, C. (2000). "After Globalization". In: *Environment and Planning D*, n° 18, vol. 1, february, pp. 1-25.
- LEOPOLD, A. (1966). *A Sand County Almanac with other essays*. New York: Oxford University Press.
- LIPSCHUTZ, R. D. (2004). *Global Environmental Politics: Power, Perspective and Practice*. Washington: CQ Press.
- ___ (2005). *Globalization, Governamentality and Global Politics*. New York: Routledge.

- LUKE, T. (1999). "Environmentality as Green Governmentality". In: DARIER, E. (org.). *Discourses of Environment*. Oxford: Blackwell.
- ___ (1997). *Ecocritique*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- MALETTE, S. (2006). "La gouvernementalité chez Michel Foucault." In: *Laval University*. Disponível em: Erudit/Thèse de l'université Laval, <http://www.erudit.org/these/liste.html?typ=tous&let=M> (consultado em 8/7/2008).
- MERCHANT, C. (2003). *Reinventing Eden. The Fate of Nature in Western Culture*. London: Routledge.
- MEYER, J. M. (2001). *Political Nature. Environmentalism and the Interpretation of Western Thought*. Cambridge (MA): The MIT Press.
- MOORE, J. W. (2007). "Silver, Ecology, and the Origins of the Modern World, 1450-1640". In: HORNBERG, A.; MCNEILL, J.R.; MARTINEZ-ALIER, J. (orgs.). *Rethinking Environmental History. World-System History and Global Environmental Change*. NEW York: Altamira Press.
- O'MALLEY, P. (1996). "Risk and Responsibility". In: BARRY, B.; OSBORNE, T.; ROSE, N. (orgs.). *Foucault and Political Reason. Liberalism*. Chicago: The University of Chicago Press.
- OPHULS, W. (1977). *Ecology and the Politics of Scarcity*. San Francisco: Freeman.
- OSBORNE, T. (1996) "Security and Vitality: Drains, Liberalism and Power in the Nineteen Century." In: BARRY, B.; OSBORNE, T.; ROSE, N. (orgs.) *Foucault and Political Reason*. Chicago: The University of Chicago Press.
- PELS, P. (1997). "The Anthropology of Colonialism: Culture, History, and the Emergency of Western Governmentality". In: *Annual Review of Anthropology*, vol. 26, pp. 163-183.
- PORTER, T. M. (1995). *Trust in Number*. Princeton: Princeton University Press.
- PROZOROV, S. (2007). *Foucault, Freedom and Sovereignty*. Aldershot: Ashgate.
- RABINOW, P. (1984). *The Foucault Reader*. Harmondsworth: Penguin Books.
- REDCLIFF, M. (2002). "The Environment and Civil Society: The Rights to Nature, and the Rights of Nature". In: PAGE, A. & REDCLIFF, M. (orgs.). *Human Security and the Environment*. Cheltenham: Edward Elgar.
- ROBERT, M. (1938). *Biopolitics. An Essay in the Physiology, Pathology and Politics of the Social and Somatic Organism*. London: Dent.
- ROSE, N. (1996). "Governing Advanced Liberal Democracies". In: BARRY, B.; OSBORNE, T.; ROSE, N. (orgs.). *Foucault and Political Reason*. Chicago: The University of Chicago Press.
- ___ (1999). *Power of Freedom*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ___ (2007). *The Politics of Life Itself*. Princeton: Princeton University Press.
- RUTHERFORD, P. (1999a). "The Entry of Life into History." In: DARIER, E. (org.). *Discourses of Environment*. Oxford: Blackwell.
- ___ (1999b). "Ecological Modernization and Environmental Risk." In: DARIER, E. (org.). *Discourses of Environment*. Oxford: Blackwell.
- RUTHERFORD, S. (2007). "Green Governmentality: Insights and Opportunities in the Study of Nature's Rule". In: *Progress in Human Geography*, n. 31, vol. 3, pp. 291-307.
- SCHNEIDER, W. H. (1990). *Quality and Quantity: The Quest for Biological Regeneration in the Twentieth-Century France*. Cambridge: Cambridge University Press.

SERRES, M. (1990). *Le contrat naturel*. Paris: François Bourin.

TULLY, J. (1999). “To Think and Act Differently”. In: ASHEDEN, S. & OWEN, D. (orgs.). *Foucault contra Habermas*. London: Sage Publication.

WARD, B. & DUBOS, R. (1972). *Only One Earth; The Care and Maintenance of a Small Planet*. New York: Norton.

WESTON, A. (1994). *Back to Earth: Tomorrow's Environmentalism*. Philadelphia: Temple University Press.

WILMER, F. (1998). “Taking Indigenous Critiques Seriously: The Enemy R Us”. In: LIFTIN, K.T. (org.). *The Greening of Sovereignty in World Politics*. Cambridge (MA): The MIT Press.